



Pensar Política nas Infâncias: Um Olhar para as Potencialidades de uma Escolarização Crítica

Isabela Brito Lima¹; Nicole Agnes Nunes de Araujo²; Hellen Cristina de Oliveira Alves³; Bruna Souza de Oliveira⁴; Antônia Liandra da Silva⁵

Resumo: Este trabalho busca explorar as possibilidades de organização, formação e lutas políticas nas infâncias inseridas na educação básica pública brasileira. O objetivo é tensionar os limites e potencialidades de uma escolarização crítica que promova sujeitos emancipados e vibrantes. Em um país atravessado pela violência colonial e marcado por políticas de morte que atingem corpos e vivências, pensar uma educação política torna-se uma estratégia de resistência e sobrevivência. Por meio de uma revisão bibliográfica, analisaram-se nove trabalhos das bases SCIELO e CAPES. Identificaram-se marcas colonialistas e fascistas na história educacional do Brasil, reforçando o papel ético-político das escolas no resgate de valores democráticos. As produções destacam a relação entre pobreza, raça e acesso à educação crítica, evidenciando que o fazer político das infâncias resiste nas micropolíticas do encontro educacional, na teia de sentidos que transcende a alfabetização mecânica.

Palavras-Chave: Infâncias; Educação Política; Escolarização.

Thinking Politics in Childhood: A Look at the Potential of Critical Schooling

Abstract: This paper aims to explore the possibilities of organization, formation, and political struggles in childhoods within the context of Brazilian public basic education. The goal is to challenge the limits and potentials of a critical schooling that fosters emancipated and vibrant subjects. In a country shaped by colonial violence and marked by death-dealing policies that affect bodies and lived experiences, thinking about political education becomes a strategy of resistance and survival. Through a literature review, nine studies from SCIELO and CAPES databases were analyzed. Colonialist and fascist marks in Brazil's educational history were identified, reinforcing the ethical-political role of schools in the recovery of democratic values. The works highlight the relationship between poverty, race, and access to critical education, emphasizing that the political actions of childhood resist in the micropolitics of educational encounters, within a web of meanings that transcends mechanical literacy.

Keywords: Childhood; Political Education; Schooling.

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. psi.isalima@gmail.com;

² Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. agnesnicole.na@gmail.com;

³ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. hellencriss@gmail.com;

⁴ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. oliv.sbrunapsi@gmail.com;

⁵ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. silvaliandra17@gmail.com.

Introdução

Em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, um marco fundamental na promoção dos direitos infantis. Entre os dez princípios que a compõem, destaca-se o compromisso de assegurar que todas as crianças, em âmbito global, possam “crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos” (ONU, 1959, p. 3).

Inspirado por esse movimento internacional, o Brasil instituiu, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece novas diretrizes jurídicas, éticas, políticas e culturais voltadas às infâncias e juventudes. Um dos trechos mais emblemáticos do documento reforça o dever da família, da sociedade e do Estado em garantir com absoluta prioridade os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, protegendo-os de toda forma de negligência, discriminação e violência (Brasil, 1990).

Apesar dessas conquistas normativas, os desafios permanecem evidentes. No Brasil, segundo dados de 2021 fornecidos pelo relatório da Abruq (2021), de uma população de 213,3 milhões de habitantes, 70,4 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade, totalizando 33% da população brasileira, número significativo, estando distribuídos proporcionalmente, principalmente nas regiões Norte (41,6%) e Nordeste (36,3%). Quanto à raça, a maioria das crianças é identificada como parda. No que diz respeito à renda, 44,5% dos menores de 14 anos vivem em domicílios de baixa renda, evidenciando a vulnerabilidade econômica dessa parcela populacional (Abruq, 2021).

O relatório da Abruq também evidencia dados alarmantes sobre a violência e a negligência contra crianças e adolescentes no Brasil. Em 2020, foram registradas 29.346 notificações de negligência e abandono envolvendo vítimas menores de 19 anos. No mesmo período, dos 38,3 mil homicídios ocorridos no país, 6.782 tiveram como vítimas crianças e adolescentes.

Já em 2021, 56% das mortes violentas de crianças menores de 9 anos foram de crianças negras (UNICEF, 2021). Adicionalmente, o relatório da UNICEF de 2010 destacou que crianças negras têm 25% mais chances de morrer em comparação às brancas. Para crianças indígenas, estudos realizados pela Fiocruz e pela UFMG (2020) indicam que a probabilidade de mortalidade é 50% maior em relação às crianças brancas.

Os dados indicam que as profundas desigualdades sociais no Brasil, fruto da violência e crueldade colonial, articulam-se de forma a gerar verdadeiros abismos entre as realidades vividas por crianças e adolescentes. Essas desigualdades impactam diretamente não apenas o acesso aos seus direitos, mas também a própria viabilidade da vida. Por essa razão, o termo infâncias será utilizado neste trabalho no plural, refletindo as diversas formas de devir criança no Brasil e as interseccionalidades que a atravessam (Geledés Instituto da Mulher Negra, 2023).

A relevância desta pesquisa reside na urgência de enfrentar essas desigualdades, que não apenas limitam o acesso aos direitos fundamentais, mas colocam em risco a própria viabilidade da vida. Apesar de avanços legais, as crianças continuam a sofrer desproporcionalmente os efeitos de estruturas coloniais e racistas. Nesse cenário, a escola pública é um espaço estratégico para a construção de subjetividades e para o enfrentamento dessas desigualdades, especialmente por meio de práticas educativas críticas e emancipadoras. Ao adotar uma perspectiva interseccional e crítica, este estudo visa contribuir para a promoção de infâncias potentes e vibrantes, reconhecendo a diversidade e as especificidades culturais e sociais que as atravessam.

Nesse sentido, considerando a escola e a educação em sua magnitude transformadora e política, como instituições profundamente inseridas no tecido social (Freire, 2019), bem como as possibilidades de atuação ético-política da psicologia no contexto educacional, torna-se necessário e urgente discutir o potencial da educação e da formação política nas escolas públicas de ensino fundamental.

Este trabalho tem como objetivo explorar as possibilidades de organização, formação e luta política nas infâncias inseridas no contexto da educação básica pública brasileira. Os objetivos específicos incluem: analisar o papel da educação na formação de sujeitos críticos e emancipados, investigar os limites e as possibilidades da escolarização crítica no Brasil e propor estratégias de atuação psicossocial voltadas para a formação política das infâncias.

A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e análise documental, buscando fundamentar teoricamente as questões propostas e relacioná-las aos dados recentes sobre a educação pública e as desigualdades sociais no Brasil. A pesquisa pretende tensionar os desafios e potencialidades da escolarização crítica como ferramenta de transformação social, visando contribuir para o debate acadêmico e político sobre o tema.

Referencial Teórico

No Brasil, a educação foi formalmente reconhecida como um direito na Constituição Federal de 1934, mas sua efetivação ocorreu apenas com a Constituição de 1988. Esse marco, associado ao processo de redemocratização, refletiu o avanço de ideais progressistas que priorizavam, entre outros objetivos, a alfabetização das crianças como uma estratégia central para romper o ciclo da pobreza e promover o desenvolvimento social.

Inspirado pelo ideal freireano, o trabalho educacional nas escolas deve centrar-se na criação de um ambiente escolar saudável que ofereça os subsídios necessários para a construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que fomente subjetividades críticas. Essas subjetividades devem ser capazes de compreender o contexto histórico, cultural e social em que estão inseridas e de se organizar por meio de diferentes estratégias como força de luta para a transformação da realidade. Assim, a educação discutida neste trabalho assume como essência um caráter emancipador (Freire, 2019; Freire, 2005).

Pensar uma educação emancipadora está inevitavelmente ligado a uma educação política, pois se trata de questionar o que está posto e buscar traçar novos caminhos de desenvolvimento. De acordo com Silva e Gomes (2023) as crianças exercem seu poder de agentes políticos a partir do questionar, do desejar, do impor, do desobedecer, do transgredir e da inovação e criação. Nesse sentido, as crianças produzem política nas miudezas cotidianas.

Em um Brasil marcado pela violência da colonização e pela persistência de políticas que promovem a morte de corpos e vivências, pensar em uma educação política torna-se uma estratégia de sobrevivência e resistência. Artesanar a política a partir das infâncias é também um ato de resgate ancestral, que valoriza epistemologias e modos de vida soterrados pela colonização. Trata-se de recuperar, reinventar e reencontrar formas comunitárias de educar, inspiradas em filosofias africanas e indígenas, fundamentadas na amorosidade, na ação, na escuta, na escrita e na transmissão de saberes diversos. Essa abordagem contrasta com a política educacional tradicionalista, historicamente marcada pela dominação e pela mutilação de subjetividades, especialmente no que diz respeito às infâncias (Machado, 2023, Machado; Petit, 2020).

Gutfreind (2021), fundamentado nas teorias do desenvolvimento de Winnicott e Stern, concebe o conceito de infância a partir da conexão entre o corpo em constante aprendizado e desenvolvimento e as afetações e historicidades presentes no mundo ao seu redor. Nesse

contexto, o autor destaca que o desenvolvimento infantil ocorre a partir das interações do bebê e da criança com o ambiente. Assim, evidencia-se a importância de promover a construção de uma subjetividade crítica desde os primeiros anos de escolarização.

Segundo Kohan (2004), o saber-poder-fazer presente nas sociedades é responsável por produzir diferentes formas de infância. Dentro dessas formas de organização, existem as infâncias visíveis e cuidadas e, por outro lado, as infâncias marginalizadas. Abordar "infâncias" no plural requer um olhar atento às diversas maneiras de ser bebê e criança em nosso território. Isso implica ir além das infâncias frequentemente estudadas, cronometradas e relatadas — geralmente associadas a crianças brancas, de classe média alta, sem deficiências, e residentes em grandes cidades. É necessário considerar também as infâncias invisibilizadas e negligenciadas, como as negras, indígenas, pertencentes a comunidades tradicionais, com deficiência, crianças dissidentes de gênero, entre outras formas múltiplas de existência. Por isso, o uso do termo "infâncias" no plural se faz essencial.

Seguindo esse movimento, se entende que é preciso pensar a escolarização nas infâncias focando não só no processo de alfabetização, mas também, em um olhar para as infâncias que permitam o reconhecimento das potencialidades e acolhimento das diferenças, o que se constitui como pensar a educação de maneira política (Chaves, 2021). Dentro dessa perspectiva da escolarização, política e infâncias, a Psicologia Escolar e Educacional vem construindo diversos caminhos dentro da ciência e prática, possibilitando diferentes visões no âmbito escolar.

Segundo Negreiros (2021), é a partir dos anos de 1970 que a psicologia inserida nas escolas começa a tomar um delineamento diferente das metodologias adotadas até então, caracterizadas principalmente por práticas reducionistas, de caráter clínico e com enfoque individual. O modelo tradicionalista e clínico foi atravessado pelas novas teorias acerca da educação e da importância de um olhar crítico, histórico e social da psicologia.

O documento de Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (CFP, 2019) explicita que a psicóloga e psicólogo atuam na dimensão afetiva existente no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo os sujeitos escolares como pertencentes a uma realidade histórica, social e interrelacional, de onde surgem afetos, conflitos, sentidos e entre outras produções da constante relação humana.

Portanto, reconhecendo o caráter transformador da educação na sociedade, o profissional da psicologia é uma peça-chave nessa função, visto que ele atua diretamente na

relação dialética entre ensino-aprendizado, educando-educador, escola-sociedade. Essas tarefas são realizadas a partir da problematização da realidade escolar, da participação ativa do profissional nos processos escolares, na valorização dos saberes e na importância destes para a comunidade, trazendo assim uma psicologia crítica e contextualizada. Daí, a importância do estudo de uma visão crítica e política frente às infâncias na escolarização.

Metodologia

Para responder ao objetivo principal deste estudo, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa, orientada pela técnica de revisão bibliográfica. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados e as experiências a partir da problematização do campo de estudo, permitindo captar, analisar e mapear fenômenos em profundidade.

A revisão bibliográfica adotou como referência metodológica os passos descritos por Romanowski e Ens (2006), que propõem um esquema estruturado para sua realização: definição de descritores, localização de bases de dados, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, leitura e análise das publicações e elaboração das conclusões. Com base nessa estrutura, os descritores escolhidos para orientar a busca dos materiais foram: educação crítica, política, infâncias e educação básica. Para a localização dos textos, selecionaram-se duas bases de dados relevantes e amplamente reconhecidas no campo acadêmico: SCIELO e o Portal de Periódicos da CAPES.

Para garantir a relevância e a qualidade dos textos selecionados, adotaram-se os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, publicações realizadas nos últimos 5 anos, disponibilidade do texto completo, trabalhos publicados em língua portuguesa e estudos realizados no contexto brasileiro. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: teses, monografias e dissertações, mantendo o foco exclusivamente em artigos científicos e trabalhos que, após a leitura dos resumos, não apresentaram contribuição direta para os objetivos do estudo.

A aplicação dos critérios descritos resultou em uma seleção rigorosa dos materiais. Na base SCIELO, foram encontrados inicialmente sete artigos, dos quais, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, quatro foram selecionados para análise. No Portal de Periódicos

CAPES, identificaram-se onze trabalhos, sendo cinco incluídos na etapa final. Ao todo, foram analisados nove artigos que convergiam com os temas centrais de infâncias, política e educação.

Os textos selecionados foram submetidos a uma leitura crítica e detalhada, considerando suas contribuições teóricas e empíricas para a discussão dos temas propostos. Os dados extraídos fundamentaram as reflexões apresentadas, proporcionando uma análise articulada entre os conceitos de educação crítica, infâncias e políticas públicas no contexto brasileiro. A sistematização descrita garantiu que o estudo fosse conduzido de maneira robusta, fornecendo subsídios para uma compreensão aprofundada das temáticas abordadas.

Resultados e Discussões

As infâncias brasileiras, marcadas por desigualdades históricas e estruturais, encontram na escola um espaço de socialização e aprendizado, mas também um local de reprodução de opressões. A educação básica pública, como espaço de acesso universal, desempenha papel central na formação de sujeitos críticos e emancipados, capazes de atuar politicamente na construção de uma sociedade mais justa.

Segundo Freire (1996), a educação deve ser uma prática de liberdade, promovendo a consciência crítica dos sujeitos. Essa perspectiva destaca a escola como espaço de transformação social, onde as crianças podem desenvolver habilidades críticas e compreender as estruturas de poder que moldam suas vidas. A formação de sujeitos críticos exige currículos que valorizem a pluralidade cultural, as narrativas locais e o diálogo, permitindo que as crianças se reconheçam como agentes de transformação. Nesse sentido, a educação crítica supera o modelo bancário e promove uma abordagem participativa, onde a voz das crianças é central.

A escolarização no Brasil enfrenta desafios históricos relacionados ao financiamento, infraestrutura e valorização docente, mas há experiências promissoras de práticas pedagógicas que integram a formação crítica. Entre os limites, destacam-se a reprodução de desigualdades sociais no ambiente escolar, o currículo homogeneizador e a sobrecarga dos educadores. Contudo, as possibilidades emergem quando as escolas assumem uma postura crítica, integrando as vozes das comunidades escolares na construção de práticas pedagógicas.

O artigo de Carvalho, Ramalho e Santos (2019) apresenta uma análise crítica do Programa Mais Educação (PME), situando-o no contexto das políticas educacionais latino-americanas. Os autores exploram como o programa, concebido como uma política pública

focalizada, se posiciona entre as lógicas neoliberais e uma perspectiva de educação integral voltada para crianças e jovens em situação de pobreza.

No âmbito das políticas educacionais, o PME integra as iniciativas voltadas para ampliar o acesso à educação básica por crianças, jovens e adultos, atuando no enfrentamento à pobreza. O programa foi instituído pela Portaria nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083/2010, visando aumentar o tempo de permanência das crianças nas escolas, por meio do formato de ensino integral.

Os autores destacam que o programa representa uma política intersetorial que desafia a educação básica brasileira a repensar a matriz curricular. Essa proposta incorpora conteúdos diversos e culturais, distanciando-se do modelo hegemônico de alfabetização destinado às classes mais pobres e promovendo uma forma de nutrição crítica para essas crianças. Nesse sentido, o programa atua não apenas na melhoria dos índices educacionais, mas também na qualidade do ensino, reafirmando o caráter emancipador da educação. A discussão sobre intersetorialidade é especialmente rica, mostrando como o PME integrou diferentes políticas públicas, como saúde e assistência social.

A partir do retorno da extrema-direita e das ameaças à democracia observadas no cenário brasileiro nos últimos anos, Salgado e Souza (2020) revisitam os anos em que o país esteve sob a ditadura militar, analisando os efeitos devastadores dos ideais políticos fascistas e antidemocráticos sobre as políticas educacionais. Esses ideais atuaram na exclusão e extermínio de corpos, memórias, saberes e práticas, impactando especialmente as diferenças étnico-raciais, de gênero, classe e outros marcadores sociais da diferença.

Conforme os autores, a marca colonialista e fascista presente na história educacional brasileira reforça a urgência de que as escolas defendam valores democráticos e emancipatórios, destacando seu papel ético-político diante da sociedade. O artigo examina como as políticas de exceção, tanto do passado quanto do presente, afetam crianças e mulheres, articulando as memórias da ditadura militar no Brasil às necropolíticas contemporâneas. Os autores propõem uma educação democrática que enfrente essas dinâmicas, reposicionando as diferenças como motores de resistência e transformação social.

O texto traz uma crítica à captura das singularidades por regimes de poder que moldam corpos, subjetividades e memórias. O artigo desconstrói as máquinas sociais que produzem a abjeção de vidas consideradas não conformes – crianças negras, mulheres dissidentes e outros corpos fora da norma – revelando como essas subjetividades são relegadas ao desaparecimento

social. Ao problematizar as noções de proteção e desenvolvimento, os autores desvelam sua função normativa, que simultaneamente exclui e controla os corpos-diferenças, promovendo sua aniquilação enquanto sujeitos plenos de direitos.

A pandemia da COVID-19 trouxe para o centro das discussões as inegáveis desigualdades brasileiras e como estas afetam as diferentes infâncias. Bastos (2020) explora essas desigualdades a partir da realidade das infâncias quilombolas, ressaltando que as políticas neoliberais, tanto no âmbito educacional quanto nos demais âmbitos de responsabilidade do Estado, não apenas são insuficientes para atender às demandas dessa população, como também se mostram omissas e perigosamente danosas, algo que se agravou diante de uma crise planetária.

O autor oferece uma análise crítica sobre como a pandemia acentuou as desigualdades educacionais, evidenciando a exclusão estrutural que permeia as comunidades quilombolas. O texto questiona a ausência de políticas específicas para atender às demandas educacionais dessas comunidades, destacando o impacto do racismo estrutural e a falta de infraestrutura básica, como acesso à internet e dispositivos tecnológicos. Ao mesmo tempo, também destaca as formas de resistência comunitária que emergiram nesse contexto, como práticas de ensino coletivo e solidariedade interna às comunidades, que buscam mitigar os efeitos do abandono estatal. Essa resistência revela a força das redes locais e a importância de reconhecer as especificidades culturais e territoriais dessas populações.

Em uma investigação sobre gênero na avaliação de políticas públicas educacionais, Alvarenga e Vianna (2021) analisam como as questões de gênero gradualmente foram ressoando e aparecendo nas discussões de acesso e permanência educacional de bebês e crianças e de seus cuidadores principais, porém, como concluem em seu trabalho, ainda é necessário um olhar mais acurado, principalmente frente os instrumentos de avaliação de políticas educacionais.

As autoras defendem também um olhar para as creches e escolas de nível fundamental como ambientes que gestam o futuro de nossa sociedade e que, portanto, devem ser perpassados pelo fazer democrático, político que considere as relações que se interseccionam e produzem diversas formas de infâncias e diversas formas de acesso ou a ausência de acesso e qualidade da experiência educacional. O conceito de qualidade negociada é defendido como uma construção plural e processual, em oposição a uma abordagem técnica e universalista.

Frente aos desafios educacionais em um Brasil pós-pandêmico, Carvalho (2021) utiliza ferramentas-conceitos da esquizoanálise para propor uma política que ofereça às infâncias a oportunidade de desenvolvimento subjetivo na educação, principalmente por meio da arte e da expressão do mundo singular que cada criança carrega em si, indo na contramão dos moldes educacionais tradicionalistas e hegemônicos, que visam à memorização, repetição e homogeneização de subjetividades e corpos.

O autor faz uma análise crítica sobre como a educação, em seu modelo tradicional, tende a aprisionar as experiências infantis em territórios estriados, moldados por padrões e objetivos pré-definidos, com a homogeneização das experiências infantis por meio de currículos rígidos e práticas pedagógicas normativas. A arte é colocada no centro da discussão como um meio para abrir brechas nos estriamentos da educação. Segundo o autor, o contato com práticas artísticas possibilita uma experiência mais fluida e potente da infância, onde os sentidos e os afetos são mobilizados de forma criativa e não linear. Essa abordagem é apresentada como um caminho para reconfigurar a relação entre o saber, o ensinar e o aprender, valorizando a singularidade de cada criança.

Ribeiro e Pereira (2021) questionam as formas como as infâncias e a produção de arte nas escolas podem transcender as metas e os resultados esperados pelo sistema educacional, estruturado pela modernidade e pelo capitalismo. Em vez de se limitarem a uma lógica de desenvolvimento linear, essas práticas abrem espaço para uma lógica de criação, que desafia o paradigma binário do acerto e erro.

Ao problematizar a configuração da infância em um sistema orientado por metas e resultados, as autoras oferecem uma crítica contundente e enriquecida por exemplos, como relatos de experiências e análises teóricas. Essas reflexões iluminam as possibilidades de práticas educativas menos normativas, que valorizam a criatividade e a autonomia das crianças. O artigo aponta como a infância e a arte podem subverter paradigmas funcionais e produtivistas, propondo uma alternativa ao sistema educacional contemporâneo dominado pela lógica capitalista.

Utilizando uma abordagem ensaística e fundamentadas em autores como Paulo Freire, Ailton Krenak e Luiz Rufino, as autoras buscam redimensionar o papel do erro e da criatividade no aprendizado, posicionando a infância como um campo fértil para a reinvenção de práticas pedagógicas. Elas exploram o conceito de antiferramenta, que simboliza o potencial disruptivo

de experiências lúdicas. Para elas, ao resistir à lógica produtivista, a infância atua como um espaço de experimentação e errância.

Ao dialogar com autores contemporâneos e clássicos, como Freire e Stengers, o artigo fortalece seu argumento contra o produtivismo e em favor de uma educação que valorize o processo em detrimento do resultado. A referência a Krenak, com sua provocação sobre a inutilidade da vida no capitalismo, acrescenta um viés político que eleva a crítica educacional para um campo mais amplo de luta social. As autoras demonstram em seu trabalho a força política escondida nas fissuras da escola.

Ferreira-da-Silva (2021) aponta que o modelo tradicional é baseado no ideal colonialista e que urge a necessidade de uma educação descolonizadora, a qual considera outras epistemologias educacionais e outras visões de mundo diante da educação das infâncias, possibilitando caminhos de vida respeitosos, éticos, diversos e felizes.

O artigo examina a influência histórica da colonização na educação infantil brasileira e propõe uma pedagogia descolonizadora que valorize as singularidades das infâncias. O autor oferece uma análise crítica das origens coloniais da educação no Brasil, destacando como essas heranças perpetuam desigualdades. Ele argumenta que as práticas educacionais frequentemente reforçam narrativas eurocêntricas e adultocentradas, subestimando o protagonismo infantil e desconsiderando as especificidades culturais e raciais.

A descolonização pode ser entendida como um processo político, cultural e epistemológico que visa dismantelar estruturas coloniais de poder, pensamento e práticas. Segundo Maldonado-Torres (2007), a descolonização é compreendida como o esforço para superar as hierarquias raciais, culturais e epistêmicas estabelecidas pela colonialidade, promovendo epistemologias e ontologias que valorizem a pluralidade dos modos de existir e conhecer. Nesse contexto, a descolonização vai além da independência política, abrangendo a reconfiguração de narrativas e saberes historicamente marginalizados.

A educação descolonizadora consiste em um processo que questiona os paradigmas educacionais hegemônicos, valorizando saberes locais, histórias e culturas marginalizadas. Conforme Walsh (2013), trata-se de um ato de reexistência que reconhece os conhecimentos ancestrais e confronta as epistemologias eurocêntricas, transformando a educação em um espaço de diversidade epistêmica. Esse modelo educacional busca fortalecer comunidades marginalizadas e promover a construção de conhecimentos coletivos, éticos e situados.

A proposta de uma pedagogia descolonizadora está embasada em conceitos como a invencionática, que prioriza a criatividade e a expressão infantil, rompendo com a normatividade imposta pelo colonialismo. Além disso, ele enfatiza a importância de políticas públicas que combatam a marginalização e promovam equidade na educação.

O autor traça discussões sobre raça, classe e gênero, ressaltando sua relevância para a compreensão das múltiplas camadas de desigualdade na educação infantil brasileira. O texto destaca, ainda, movimentos históricos, como o Movimento de Luta Pró-Creche, sublinhando o papel das mulheres negras na conquista de direitos. Ele não apenas denuncia as raízes coloniais das práticas pedagógicas, mas também inspira novas formas de pensar a educação como um espaço de emancipação e respeito à diversidade.

Confluindo com o mesmo processo de criação de estratégias subversivas na educação das infâncias, Holzmeister e Gonçalves (2022) mapearam as práticas de professores da educação infantil pública, nas quais a fuga da matriz curricular ou sua reinvenção se dava no cotidiano, no encontro educacional. A partir dessas práticas educacionais, as infâncias eram estimuladas a criar, inovar e imaginar outros mundos, trazendo espaço para a cena educacional não somente no lúdico, mas também no político, o qual os pesquisadores consideraram uma micropolítica revolucionária. Nesse sentido, o fazer político ocorre nas pequenas ações diante das infâncias, no âmbito molecular e interacional.

O artigo parte da premissa de que a docência na educação infantil vai além da mera transmissão de conteúdos e exige uma abordagem que leve em consideração os aspectos subjetivos e afetivos da criança. O conceito de "devir estético" é explorado como uma experiência de transformação constante e de constante abertura para novas possibilidades de ser e estar no mundo.

Segundo as autoras, o processo de ensino-aprendizagem deve ser visto como um espaço de criação e expressão, onde tanto crianças quanto docentes estão em permanente devir, ou seja, em um movimento contínuo de transformação e enriquecimento mútuo. Ao longo do texto, Holzmeister e Gonçalves enfatizam que a estética, nesse contexto, não se refere apenas à arte em si, mas a uma maneira de se relacionar com o mundo, sensível e aberta ao imprevisto. Assim, esse "devir estético" na docência permite aos educadores desenvolverem uma escuta mais atenta e uma prática mais criativa e respeitosa com o processo de aprendizagem das crianças.

Gobbi e Anjos (2024), por sua vez, apresentam uma análise interdisciplinar que articula infância, movimentos sociais e o contexto urbano, relacionando esses temas à formação docente

e aos currículos escolares. Os autores desafiam a visão tradicional de que os espaços de luta política e revolução são exclusivamente adultos e masculinizados, destacando que as infâncias carregam uma força revolucionária própria, com cosmogonias que precisam ser ouvidas e consideradas nas formulações e avaliações das políticas educacionais brasileiras.

Consoante a isso, Ferguson (2023, p. 185) afirma: “compreender as crianças e as desigualdades sociais requer o entendimento do como seus corpos e suas mentes experimentam e se desdobram contra os impulsos implacáveis do capital e as relações construídas”. A escolha pela fadiga da compaixão como conceito condutor é inovadora, oferecendo uma lente crítica sobre as complexas relações de poder que atravessam as políticas públicas e as experiências infantis nas cidades contemporâneas. A referência inicial à Palestina e às guerras contemporâneas, embora geograficamente distante do contexto brasileiro, estabelece uma metáfora poderosa sobre a invisibilização das crianças em situações de vulnerabilidade, ampliando o debate para uma perspectiva global.

As infâncias inseridas no contexto da educação básica pública brasileira são, portanto, atravessadas por múltiplas dimensões políticas e culturais que configuram tanto limitações quanto potências. As crianças não devem ser vistas apenas como futuras cidadãs, mas como sujeitos ativos de direitos e transformação. Suas experiências, jogos e narrativas podem constituir-se como formas legítimas de intervenção no espaço público.

Em escolas públicas, práticas pedagógicas que valorizam o diálogo e a colaboração podem fomentar a consciência coletiva. Exemplo disso é a organização de assembleias escolares que permitem que as crianças participem de decisões sobre o cotidiano escolar. Incluir nas práticas escolares memórias históricas de lutas (como as contra a ditadura ou o racismo) também fortalece o pertencimento e a capacidade crítica.

A educação, especialmente a básica, desempenha papel essencial na construção de subjetividades críticas. Os artigos encontrados discutem como a normatividade, o racismo estrutural e a lógica produtivista muitas vezes limitam esse potencial. A escolarização precisa ir além da transmissão de conteúdos. Deve promover a desconstrução de narrativas opressoras e a valorização das diferenças, ampliando a visão sobre o que significa aprender e participar.

Contudo, o sucateamento das escolas públicas e a precarização docente são barreiras estruturais. Movimentos conservadores também atacam debates sobre gênero e raça nas escolas e dificultam a implementação de práticas críticas. Diante desses desafios, precisamos propor

estratégias que possam ser mobilizadas para fomentar uma formação política ativa e emancipadora nas infâncias.

A partir da revisão bibliográfica e dos resultados colhidos, para pensarmos uma educação/formação política das infâncias, encontramos os seguintes caminhos possíveis: a) educação voltada para os direitos humanos; b) estímulo ao protagonismo infantil; c) estabelecimento de parcerias com comunidades; d) capacitação contínua de educadores; e) articulação entre práticas escolares e movimentos de luta social. Abaixo, cada caminho é descrito a partir dos achados:

- a) **Educação para os direitos humanos:** integrar conteúdos que abordem direitos, cidadania e justiça social, promovendo reflexões sobre desigualdades e práticas de solidariedade. É possível, por exemplo, promover simulações de assembleias da ONU ou de Conselhos de Direitos Humanos, com estudantes representando diferentes países e organizações, fazer assembleias regulares nas quais os discentes discutam problemas da escola e da comunidade, propondo soluções coletivas com base nos princípios de direitos humanos ou, até mesmo, convidar representantes de movimentos sociais para dialogarem sobre suas lutas e práticas de solidariedade.
- b) **Protagonismo infantil:** criar espaços de escuta ativa e participação das crianças na gestão escolar, permitindo-lhes experimentar e compreender a democracia. Cartografias das experiências infantis na escola podem nos ajudar a compreender como as crianças percebem suas relações, territórios e possibilidades de ação. Trabalhar com mapas afetivos permite, ainda, que as crianças visualizem problemas, potencialidades e caminhos para o engajamento. Círculos de cultura, à maneira de Paulo Freire, onde as crianças possam debater temas sociais em linguagem acessível e vinculada às suas realidades e oficinas de expressão artística e narrativa, permitirão às crianças transformarem suas vivências em elementos políticos.
- c) **Parcerias com comunidades:** estabelecer vínculos entre a escola e as comunidades locais, valorizando saberes comunitários e promovendo projetos colaborativos. Envolver as famílias e as comunidades em projetos escolares que discutam temas como direitos humanos, meio ambiente e cidadania e criar conselhos mirins escolares e interações entre crianças e movimentos sociais locais, possibilitará que as infâncias compreendam e influenciem sua realidade.

- d) **Capacitação de educadores:** é relevante oferecer formações continuadas para educadores, enfatizando práticas pedagógicas críticas e sensíveis às diversidades, e incentivar uma formação docente que inclua perspectivas descolonizadoras, feministas e antirracistas, capacitando professores para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo.
- e) **Mediação entre práticas escolares e luta social:** torna-se necessário conectar os conteúdos escolares às práticas concretas de organização comunitária, como hortas coletivas, eventos culturais e manifestações locais, além de promover vivências em ambientes externos à escola, como quilombos, ocupações urbanas e museus, ampliando a visão das crianças sobre as diversas formas de luta política.

Para transformar a escola pública em um espaço de formação política efetiva das infâncias, é fundamental desafiar estruturas coloniais e produtivistas que ainda a configuram. Por meio de práticas coletivas, criativas e críticas, crianças podem ser protagonistas de suas histórias e territórios, transformando a educação em um dispositivo de luta e emancipação. Esses caminhos demandam a articulação entre educadores, psicólogos e a comunidade, em uma rede de resistência e reinvenção constante.

Considerações Finais

O presente trabalho objetivou tecer as possibilidades de organização, formação e luta políticas nas infâncias inseridas no contexto da educação básica pública brasileira, tensionando os limites e possibilidades das escolas na formação de sujeitos críticos, potentes e vibrantes.

A partir da revisão bibliográfica foi evidenciado que a produção científica tem se voltado para pensar novas formas de educação das infâncias, apesar dos desafios diante do cenário político brasileiro pós-pandemia e frente aos avanços da extrema-direita. Os trabalhos voltados a partir de uma epistemologia descolonizadora trazem como caminho de enfrentamento o resgate de epistemologias perdidas e devoradas pelo processo de colonização, trazendo para as ciências e fazeres educacionais, conceitos e visões diversas e políticas.

Para promover a formação política das infâncias, sugerimos as seguintes estratégias psicossociais: a) educação voltada para os direitos humanos; b) estímulo ao protagonismo

infantil; c) estabelecimento de parcerias com comunidades; d) capacitação contínua de educadores; e) articulação entre práticas escolares e movimentos de luta social.

Apesar dos desafios estruturais, há um horizonte de possibilidades para a integração de práticas críticas na educação básica pública brasileira. Cabe à Psicologia da Educação colaborar ativamente nesse processo, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o fortalecimento das infâncias enquanto agentes de transformação.

As produções aqui analisadas evidenciam que o fazer político nas infâncias, ao longo da jornada escolar, existe e resiste, sobretudo nas pequenas ações, nas micropolíticas dos encontros educacionais e na interseção entre subjetividade e realidade histórica dessas infâncias e de suas vivências. Para além de uma visão mecanicista do processo de alfabetização, é na vida interacional e na teia de sentidos e significados que reside a potência política e revolucionária das infâncias. Esse é o ponto de partida não apenas para avaliar as políticas educacionais, mas também para criar políticas que envolvam diretamente as infâncias e suas criações.

Referências

ALVARENGA, Carolina Faria; VIANNA, Cláudia Pereira. Avaliação, gênero e qualidade na Educação Infantil: conceitos em disputa. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e78271, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78271>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/JYRKScnbVjX73MkngFvQXLR/#>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BASTOS, Luciete. Entre a crise pandêmica e a invisibilidade política: educação das crianças quilombolas. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 26, p. e33972, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.33972. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/33972>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

CARVALHO, Alexandre Filordi. de. Das infâncias estriadas às infâncias lisas: experimentar trajetos de arte na educação. **Revista Digital do LAV**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 007–029, 2021. DOI: 10.5902/1983734865645. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/65645>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CARVALHO, Levindo Diniz; RAMALHO, Bárbara; SANTOS, Kildo Adevair. O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. e80711, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623680711>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/SL9FgVB33jFmqrL7Rzn9bbM/#>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CHAVES, Marcia Regina Arruda de Souza. **Tencionando narrativas de professoras alfabetizadoras na constituição da infância escolarizada**. Lages, 2021. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/b829a114403f6fe49781d6b20600c833.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FERGUSON, Susan. Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, v. 38, p. 220-242, jul.-dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/253484>. DOI: <https://doi.org/10.29327/253484.1.38-13>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FERREIRA-DA-SILVA, Otávio Henrique. Dos vestígios coloniais à descolonização da educação infantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 311–325, 2021. DOI: 10.22633/rpge.v25i1.14841. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14841>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FIOCRUZ. **Estudo analisa iniquidades na mortalidade de povos indígenas**. 28 de abr. 2020. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/estudo-analisa-iniquidades-na-mortalidade-depovosindigenas#:~:text=Os%20resultados%20do%20estudo%20evidenciaram,de%2010%20a%2020%20anos>. Acesso em: 23 de junho de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Primeira infância no centro: garantindo pleno desenvolvimento infantil a partir do enfrentamento ao racismo**. Geledés- centro de documentação e memória institucional, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/projeto-primeira-infancia-no-centro/>. Acesso em 22 de junho de 2024.

GOBBI, Márcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à “fadiga da compaixão”. **Educar em Revista**, v. 40, p. e94770, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.94770>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tSsbMbn9JtCdXFVq35H6npk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jul.2024.

GUTFREIND, Celso. **A nova infância em análise**. Porto Alegre: Artmed, 2021.

HOLZMEISTER, Ana Paula; GONÇALVES, Camilla. Devir estético da docência da educação infantil. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], v. 26, n. 58, p. 211–223, 2022. DOI: 10.20435/serie-estudos.v26i58.1606. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1606>. Acesso em: 31 jul. 2024.

KOHAN, Walter Omar. **Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância**. Rio de Janeiro RJ: UERJ, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, Adilbênia Freire. Pedagogias da ancestralidade: perspectivas para ensino de filosofias africanas no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 17, n. Edição Especial, p. 63–72, 2023. DOI: 10.31418/2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1668>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MACHADO, Adilbênia Freire; PETIT, Sandra Haydée. Filosofia africana para afrorreferenciar o currículo e o pertencimento. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 10, e020079, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID882>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/882>. Acesso em: 10 Jul. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Belo Horizonte: Via Verita, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGREIROS, Faustino. **Palavras-chave em psicologia escolar e educacional**. Campinas: Alínea, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comitê Social Humanitário e Cultural da Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 10 jul.2024.

RIBEIRO, Élide e PEREIRA, Laís. Quando a arte e a infância chamam pra dançar a ciência: invenções, afetações e equilibrismos. **Linha Mestra**, N.45, P.210-221, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34112/1980-9026a2021n45p210-221>. Disponível em: <https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/951/875>. Acesso em: 31 jul. 2024.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Estado%20da%20arte%20Romanowski%20e%20Ens%20-1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leandro Lemos de. O desaparecimento social das diferenças nas políticas de exceção: vidas e memórias de crianças e mulheres para a reinvenção de uma educação democrática. **Educar em Revista**, v. 36, e75661, 2020. DOI: 10.1590/0104-4060.75661. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vJ8Z76xPksQysfZRjntWHQG>. Acesso em: 10 nov. 2024

SILVA, Conceição Firmina Seixas; GOMES, Lisandra Ogg. Participação política e infância: como as crianças brasileiras se posicionam e se fazem presentes em seus contextos sociais. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 31, 2023. DOI: 10.14507/epaa.31.7346. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7346>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UNICEF. **A situação das crianças no Brasil**: Relatório 2021. Brasília, 2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

LIMA, Isabela Brito; ARAUJO, Nicole Agnes Nunes de; ALVES, Hellen Cristina de Oliveira; OLIVEIRA, Bruna Souza de; SILVA, Antônia Liandra da. Pensar Política nas Infâncias: Um Olhar para as Potencialidades de uma Escolarização Crítica. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2024, vol.18, n.74, p.51-69, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 16/12/2024; Aceito 23/12/2024; Publicado em: 30/12/2024.